



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Notas sobre a democracia no Brasil: a institucionalização da autocracia burguesa

Anderson Deo

deoanderson@hotmail.com

UNESP – Univ Estadual Paulista

Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

O presente trabalho pretende debater o caráter da democracia no Brasil. O recorte temporal se localiza nos últimos 13 anos da história do país, período em que o poder executivo foi ocupado pelo principal partido de esquerda surgido das lutas sociais contra a ditadura civil-militar (1964-1985), o PT. A hipótese aqui levantada aponta para a manutenção do caráter autocrático da burguesia brasileira como elemento essencial na compreensão do processo de democratização do país, mesmo que com uma nova fisionomia política, alicerçada constitucionalmente e em instituições ditas democráticas. Essa essência autocrática da dominação burguesa no Brasil havia se manifestado explicitamente durante os governos militares. Com o início da abertura política e o concomitante ascenso das lutas dos trabalhadores no país, articulados com a perspectiva de construção de uma nova Constituição com caráter democrático, as frações de classe burguesa, sobretudo aquelas vinculadas - ou associadas, mesmo que de forma subordinada - aos interesses do capital estrangeiro, principalmente estadunidense, são obrigadas a recuarem em suas pretensões e a promoverem concessões que resultaram na promulgação da chamada Constituição Cidadã de 1988. No entanto, a partir do Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), uma nova ofensiva da burguesia internamente instalada passou a ser reproduzida contra os direitos sociais. Importante apontar que esse processo se articulou externamente com o avanço do chamado Projeto Neoliberal e sua congênere ideológica denominada genericamente por globalização. Os governos Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) aprofundam e aperfeiçoam o processo iniciado com Collor. A Constituição brasileira passou a ser "desmontada" através de reformas que lhe imprimiu um novo conteúdo, afinado às perspectivas neoliberais. Assim, toda a legislação sobre o monopólio estatal em diversos setores econômicos foi modificada para dar espaço à iniciativa privada, através dos processos de privatizações; a reforma do Estado brasileiro passa a ser uma prioridade, orientada pelo discurso da diminuição da máquina pública e, portanto, da redução dos gastos estatais; a reforma trabalhista e da previdência social passam a ser prioridade. Com a eleição dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), mesmo que com avanços sociais, pautados sobretudo na elevação da capacidade de consumo dos mais pobres, a ofensiva burguesa não arrefece, dado o caráter conciliatório que os governos do PT passam a reproduzir. A partir de 2014, num contexto mundial marcado pelo aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, a burguesia se rearticula internamente, orientando suas ações de forma pactuada entre o Congresso Nacional, o Poder Judiciário e o vice-presidente da República, Michel Temer, desencadeando um Golpe de Estado que impede a permanência de Dilma Rousseff na presidência. Mais uma vez, o caráter autocrático da dominação burguesa se explicita, pois mesmo que não reproduzindo a violência clássica das ditaduras militares, o processo atual se fundamenta na manipulação política das informações, no desprezo a qualquer forma institucional estabelecida e no avanço do conservadorismo como fundamento das decisões políticas, assim como das relações cotidianas.

Palavras-chave

Democracia no Brasil; Autocracia Burguesa; Golpe de Estado.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

This paper aims to discuss the character and the nature of democracy in Brazil. The time frame is located in the last 13 years the country's history, during which the executive power was occupied by the main left-wing party emerged from the social struggles against the civilian-military dictatorship (1964-1985), PT. The hypothesis raised here points to the maintenance of the autocratic character of the Brazilian bourgeoisie as an essential element in the understanding of the country's democratization process, even if it presents a new political physiognomy, constitutionally based and in so-called democratic institutions. This autocratic essence of bourgeois domination in Brazil had manifested itself explicitly during the military governments. With the beginning of the political opening and the concomitant rise of workers' struggles in the country, articulated with the perspective of building a new Constitution with a democratic character, the fractions of the bourgeois class, especially those linked - or associated, even in a subordinate manner - to the interests of foreign capital, mainly the United States, are forced to withdraw from their claims and to promote concessions that resulted in the promulgation of the so-called Citizen Constitution of 1988. However, from the Government of Fernando Collor de Mello (1990-1992), a new offensive of the bourgeoisie internally installed began to be reproduced against social rights. Important to note that this process is articulated externally with the advancement of the so-called Neoliberal Project and its ideological counterpart called generically by globalization. Itamar Franco (1992-1994) and Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 and 1999-2002) governments, deepen and perfect the process initiated with Collor. The Brazilian Constitution began to be "dismantled" through reforms that gave it a new content, attuned to neoliberal perspectives. Thus, all the legislation on the state monopoly in several economic sectors has been modified to make room for the private sector, through the processes of privatizations; the reform of the Brazilian state becomes a priority, guided by the discourse of the reduction in public administration and thus reducing state spending; labor reform and social security become a priority. With the election of the governments of Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 and 2007-2010) and Dilma Rousseff (2011-2014 and 2015-2016), even with social advances, mainly based on raising the consumption capacity of the poorest, the bourgeois offensive does not cool, given the conciliatory character that the PT governments begin to reproduce. From 2014, in a world context marked by the deepening of the structural crisis of capitalism, the bourgeoisie reorganizes itself internally, orienting its actions in a agreed form between the National Congress, the Judiciary and the Vice President of the Republic, Michel Temer, unleashing a Coup d'Etat that prevents Dilma Rousseff from remaining in the presidency. Once again, the autocratic character of bourgeois domination becomes explicit, for even though it does not reproduce the classic violence of military dictatorships, the current process is based on the political manipulation of information, contempt for any established institutional form and in the advance of conservatism as the basis of political decisions, as well as everyday relationships.

Key words

Democracy in Brazil; Autocracy Bourgeois; Coup d'etat.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989, o Brasil entraria na assim chamada *Era da Modernidade*. Em seus discursos de campanha, Collor atribuía ao gigantismo estatal brasileiro, os principais fatores causadores da crise. Amplamente apoiado pela mídia, defendia que o *grande elefante branco estatal* e todos os *marajás* que dele se aproveitavam deveriam ser expurgados da nação.

Ao assumir o governo, Collor inicia as propugnadas reformas modernizantes: privatizações, demissões de funcionários públicos e dois atabalhoados planos econômicos que iniciaram o processo de abertura da economia brasileira ao mercado mundial, marcaram seu curto mandato. Com o *impeachment* (1992) do presidente, assume o vice, Itamar Franco, que tinha como principal desafio restabelecer a credibilidade nas instituições governamentais, além de preparar o quadro sucessório de 1994. Itamar Franco tinha um papel importante a desenvolver: atenuar os conflitos herdados da “República das Alagoas”, verificar seus impactos e desdobramentos, e acima de tudo, preparar o terreno para a próxima sucessão.

O resultado desse processo de “transição” é a eleição, em 1994, do candidato governista, Fernando Henrique Cardoso. Acalmados os ânimos, o Brasil estava pronto para retomar o projeto iniciado por Collor, que não havia sido descartado, mas apenas sofrera uma breve interrupção. Tal projeto fazia parte da estratégia de reposição das forças conservadoras – composta pela burguesia internamente instalada, representada nas esferas político-institucionais por partidos como o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), entre outros de menor notoriedade política – que, por um rápido espaço de tempo, tropeçaram nas suas próprias articulações políticas, e precisavam ser retomadas.

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) o Brasil se insere definitivamente nos fluxos mundiais de reprodução do capital. Importante apontar que na atual fase de internacionalização capitalista a fração financeira da burguesia mundial conduz a dinâmica e a lógica da acumulação. Internamente, a hegemonia da fração financeira no interior do *bloco histórico* (GRAMSCI, 2000) se consolida com os Governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (BOITO JR., 2006). Contudo, tal constatação



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

não implica em descartar o posicionamento e a relevância que as outras frações de classe burguesas exercem nesse processo. Pelo contrário, as disputas pela hegemonia no interior do bloco histórico burguês se constituem como elemento central à compreensão do fenômeno em sua totalidade, explicitando o caráter das alianças políticas que se formaram em torno dos governos em questão.

Prova do que afirmamos acima, é o processo de *impeachment* que depôs a presidente Dilma Rousseff, que governou o país entre 2011 e 2016. Dilma havia sucedido Lula como candidata governista, cujo conteúdo fundamental de seu programa de governo se alicerçava na proposta de continuidade de seu “padrinho” político. No entanto, o aprofundamento da crise econômica que se manifestou mundialmente a partir de 2008 – tendo como epicentro o coração do imperialismo, os EUA – passa a produzir sensíveis efeitos na economia brasileira já no final do primeiro mandato de Rousseff (2011-2014). Sua reeleição para o mandato de 2015-2018, bem como a proposta de governos que apontava, cada vez mais, para reformas de caráter abertamente neoliberais – sobretudo, através do ajuste fiscal do início do segundo mandato, em 2015 – não foram suficientes para manter o equilíbrio interno no bloco histórico burguês que estava à frente do governo. O impedimento da presidente sinaliza que tal equilíbrio havia sido abalado, e que as disputas no interior do bloco de poder levariam a um novo ciclo de reformas, agora sob o comando do então vice-presidente, Michel Temer.

II. SÍNTESE DA BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

A partir do Governo de Fernando Collor, o Brasil passou a se inserir nos novos padrões de concorrência e acumulação mundialmente estabelecidos. O debate que ocorria no país a respeito dessa inserção, resumia-se na discussão acerca da abertura comercial e financeira indiscriminada, tudo em nome de “não perder o bonde da história”. Sendo assim, as medidas liberalizantes iniciadas por Collor eram necessárias, pois seriam os pressupostos da *modernidade*, sendo que toda e qualquer proposta que levasse em consideração a perspectiva da produção ou do nível de emprego interno seria considerada como coisa do passado, postura essa – segundo o governo – reacionária e corporativista. A esse respeito Paulo Nogueira Batista (Apud, 1994) tece as seguintes considera-



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ções: “Em favor da abertura a importações de mercadorias invoca-se a ineficiência do protecionismo como alocador de recursos, como obstáculo aos interesses do consumidor nacional e como fator comprometedor das chances de uma inserção competitiva na economia mundial, vista como única forma de promover o desenvolvimento”.

O governo brasileiro passaria a municiar a abertura econômica iniciada por Collor sem criar mecanismos protetores da economia interna. Durante toda a história do desenvolvimento industrial moderno do Brasil ocorreram definições de políticas governamentais para o atendimento aos interesses da burguesia brasileira. Assim foi desde o primeiro governo Vargas com a criação das pioneiras indústrias de base, sendo mantidas posteriormente pelo desenvolvimentismo de JK – ainda que este tenha privilegiando a entrada de empresas transnacionais. Após 1964, esta definição deu-se através da construção de mecanismos institucionais que viabilizaram a super-exploração da força de trabalho pelos capitais privados – internos, externos e estatais -, graças a criação e fortalecimento, no caso destas últimas, da ditadura militar.

Na verdade, o projeto iniciado por Collor e efetivado por FHC, não teve como prioridade o desenvolvimento de políticas que favorecessem a produção interna ou qualquer outro aspecto social que dela pudesse decorrer. Pelo contrário, tanto Fernando Henrique, como a aliança política que o sustentava formavam a composição político-institucional melhor acabada que os membros da burguesia interna encontraram para “enquadrar” o Brasil nos novos padrões de acumulação capitalista. José Luís Fiori (1997) nos fornece a seguinte constatação: “O Plano Real não foi concebido para eleger FHC; FHC é que foi concebido para viabilizar no Brasil a coalizão de poder capaz de dar sustentação e permanência ao programa de estabilização do FMI, e viabilidade política ao que falta(va) ser feito das reformas preconizadas do Banco Mundial”.

Vale ainda ressaltar que esta postura político-econômica encarnada pela aliança política vitoriosa em 1994 reafirmava a tendência proposta e inaugurada pelo Consenso de Washington, onde as economias latino-americanas, para conseguirem uma inserção completa nos novos padrões de acumulação mundiais, deveriam abrir suas fronteiras à concorrência do capital internacional, pelas quais os governos nacionais deveriam eliminar toda e qualquer barreira protecionista de seus respectivos mercados. Como bem mostra, também, Nogueira Batista (Apud, 1994) ao relatar que:



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas, mediante processo em que acabou se usando muito mais a persuasão do que a pressão econômica direta, embora esta constituísse todo o tempo o competentíssimo trabalho de convencimento. Certamente, uma versão mais sofisticada e sutil das antigas políticas colonialistas de *open-door* nas quais se apelava, sem maiores constrangimentos, à força das canhoneiras para ‘abrir os portos de países amigos’. Por serem menos ostensivas, as pressões atuais são mais difíceis de combater.

Para os setores nacionalistas mais desinformados de nossa sociedade, essa postura pode soar como um descalabro. No entanto, em toda a história do nosso país, as demandas capitalistas internacionais ditam as regras e dão o tom da sinfonia a ser regida na economia nacional, guardados os devidos contextos históricos e as particularidades de cada período.

Assim foi no modelo agroexportador – inaugurado no período colonial – estendendo-se até a década de 30 do século XX; continua sendo assim no período do pós Segunda Guerra, quando as transnacionais vão encontrar solo fértil para aqui se instalarem e ampliar suas taxas de lucros.

Verificamos em toda história brasileira um caráter de subordinação de nossa economia aos pólos centrais do capitalismo mundial, em que os membros representativos de nossa burguesia assim também se posicionaram. Fazendo referências a essa classe dominante da sociedade brasileira, Antonio Carlos Mazzeo (1999) escreverá:

O Brasil após 1945 passará por grandes e profundas alterações em seu parque produtivo e, conseqüentemente, na composição de seu tecido social. No entanto, essas transformações modernizadoras não significarão uma ruptura com a subordinação do país aos pólos centrais do capitalismo. Ao contrário, o redimensionamento de sua estrutura sócio-produtiva, que reintegrou o país no conjunto de uma economia mundial reordenada no pós-guerra, reinsere a sociedade brasileira nos quadros da economia mundial, nos moldes de sua *subordinação estrutural*. Reafirma-se, assim, o *caminho colonial* das formas de sociabilidade do capitalismo brasileiro, que, desde suas origens, organizou-se como uma economia complementar dos centros econômicos ativos ocidentais, tendo sido, num primeiro momento, forma econômico-social – *de caráter histórico-particular* – de impulso-mento do processo de acumulação primitiva de capitais, no período mercantil-escravista e, posteriormente, exportador de matérias-primas para a produção industrial dos centros desenvolvidos do capitalismo, ao longo da primeira metade do século XX.

Ao analisarmos o discurso dos governos brasileiros na década de 90, podemos constatar claros indícios da subordinação acima referida. Isso fica claro quando observamos a incondicional aceitação das proposituras defendidas no Consenso de Washington. Proposituras estas que tinham



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

como prioridade, entre outras questões, a reestruturação da economia brasileira e a redefinição do papel regulador do Estado Nacional.

No que diz respeito às privatizações, estas começam a ser levadas a cabo na gestão Collor. Critérios confusos, valores questionáveis e processos nada transparentes marcam esse primeiro momento. O processo de venda das estatais teria uma breve interrupção durante o governo Itamar. Após a posse de FHC, esse processo seria retomado com toda força pois, como assinala Reinaldo Gonçalves (1999), “(...) em um período de três anos (1996-1998) o Brasil experimentou a intromissão do capital estrangeiro no aparelho produtivo nacional como nunca antes em toda a sua história”. Sobre o assunto das privatizações, Aloysio Biondi (1999) argumenta que o governo brasileiro privilegiou as empresas estrangeiras, em claro detrimento dos interesses nacionais.

Parece-nos, portanto, que a política econômica do governo brasileiro a partir de 1995 se orientava no sentido de reorganizar o Estado, com vistas à sua inserção nos novos padrões de acumulação do capitalismo mundial. No entanto, os efeitos econômicos e sociais dessa reestruturação sempre estiveram aquém das reais expectativas por ela suscitadas. O país experimentou oito anos de estagnação econômica, que se traduziram em índices sociais desoladores, dentre os quais, taxas sempre crescentes de desemprego, e todas as consequências negativas para o conjunto dos trabalhadores.

A candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, surge no cenário político como uma alternativa ao projeto desencadeado por FHC. Após ser derrotado três vezes consecutivas na disputa pelo Palácio do Planalto, o candidato do Partido dos Trabalhadores adotara um discurso moderado, compondo uma aliança e um programa político de centro, representados na figura de seu vice, José Alencar, do Partido Liberal. A nova roupagem política, traduzida no *slogan* “Lulinha Paz e Amor”, lhe rendeu uma expressiva votação, levando pela primeira vez ao comando do país um candidato de origem humilde, projetado politicamente através da classe operária.

Ao assumir, já no discurso de posse, Lula aponta para um programa de combate à fome – *Fome Zero* – que seria um dos carros-chefes do novo governo. Tal programa de transferência de renda seria uma das novas medidas implementadas pelo governo brasileiro, como forma de combate à pobreza. No que diz respeito às reformas estruturais do Estado, estas foram deixadas de lado



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

num primeiro momento, principalmente no tocante as privatizações, confirmando uma tendência já do fim do segundo mandato de FHC. Mas o que de fato marcou o mandato do novo presidente foram as denúncias de corrupção – popularmente denominadas *Esquema do Mensalão* – envolvendo membros do alto escalão do governo, entre outros, José Dirceu, e o então presidente do PT, José Genoíno.

No entanto, as diretrizes da política econômica seguiram a mesma agenda do governo anterior. A estabilidade econômica deveria ser mantida a qualquer preço e, para tanto, a política de juros altos, a sobrevalorização cambial e a política fiscal permaneceram intactas. Junte-se a isso, a plena autonomia do Banco Central – agora comandado por Henrique Meireles, alto executivo do setor financeiro internacional – na condução das diretrizes da economia brasileira.

Conjugado aos fatores externos extremamente favoráveis à economia brasileira, sobretudo o aquecimento do comércio mundial que se verificou entre 2003 e 2007 – aquecimento este impulsionado pela valorização das *commodities* no plano econômico internacional – o Brasil experimentou um momento de crescimento econômico favorável, possibilitando um avanço no consumo interno, o crescimento do emprego, bem como, uma política de aumento real do salário mínimo. Junte-se a estes, o fato de o programa Fome Zero retirar da condição de miséria absoluta um importante contingente populacional, principalmente nas regiões mais pobres do país, como o Norte e o Nordeste. O resultado eleitoral foi não só a reeleição do presidente Lula, em 2006, como também a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, tanto em 2010, como em sua reeleição, em 2014 (DEO, 2014).

Porém, as condições econômicas mundiais e seus reflexos na economia brasileira, produziram um quadro de crise que se estendeu para o cenário político, manipulado midiaticamente a partir das denúncias de corrupção da operação “Lava Jato”. O resultado dramático desse quadro de crise político-econômica, que se aprofunda em 2016, foi o processo de *impeachment* da então presidente reeleita. O vice-presidente, Michel Temer, foi um dos principais articuladores de sua deposição, juntamente com seu partido, o PMDB, que havia composto o “núcleo duro” do governo petista desde a primeira eleição de Lula. Observa-se que o bloco histórico de poder político havia se rompido, e as frações da burguesia que deram sustentação política aos governos do PT buscavam uma nova composição.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II.I. HIPÓTESE E OBJETIVOS DA PESQUISA

Como procuramos demonstrar nessas laudas introdutórias, os acontecimentos econômicos e sociais do período que aqui analisamos, produziram novos desdobramentos, instigando questões que pareciam estar respondidas.

A questão basilar de nossa pesquisa pode ser assim resumida: como explicar o apoio da burguesia brasileira ao projeto de *modernização* iniciado por Collor, levado à cabo por Fernando Henrique durante dois mandatos, entre 1995 e 2002, perpetuado, em grande medida, por Lula entre 2003 e 2010 e Dilma Rousseff entre 2011 e 2016? Essa pergunta nos parece pertinente, pois tal projeto se arrima na abertura incondicional do mercado brasileiro à concorrência externa, além de transferir grande parte do patrimônio nacional à iniciativa privada através das privatizações. Quais seriam os benefícios alcançados por essa burguesia? Seus interesses de classe não teriam sido prejudicados nesse processo?

Parece-nos que a composição orgânica da burguesia brasileira é bastante singular. E é a partir da compreensão de tal composição que buscaremos dar respostas a estas dessas questões.

Assim, o objetivo central de nossa pesquisa se concentra em dois núcleos de análise: primeiro, analisar e explicitar o movimento (e suas contradições) de disputas e de recomposição no interior da classe burguesa durante o período de 1990 a 2016, que redundaram em uma nova composição orgânica do bloco histórico brasileiro, cuja hegemonia financeira se consolidaria nas duas décadas seguintes. O segundo momento da pesquisa pretende debater o *caráter da democracia no Brasil*, apontando para o seu conteúdo marcadamente conservador. Dito de outra forma, pretendemos demonstrar como o processo de inserção do Brasil nos marcos da “modernidade capitalista” se concretiza a partir da reprodução de características particulares da autocracia burguesa, tal como essa forma de dominação historicamente se reproduz no país, mas agora sobre a fórmula da legalidade parlamentar.

III. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O pressuposto teórico fundamental para discussão de nosso tema é sua absorção reflexiva – portanto, sua captura no plano ideocategorial – a partir de seus “componentes” constitutivos que nos ofereçam o “conteúdo” e a “forma” de sua totalidade concreta.

O mundo fenomênico (objeto do conhecimento) se apresenta ao ser humano (sujeito do conhecimento) de forma dada e imediata. Isso significa que os seres humanos se relacionam com o mundo a partir de sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento se constrói a “imediata intuição prática” da realidade. Assim, no “trato prático-utilitário das coisas”, os seres humanos criam suas próprias representações do mundo (relações sociais, históricas, etc), e elaboram um sistema correlativo – ou seja, também como identidade prática e imediata – de noções que captam, e fixam de forma intuitiva o aspecto fenomênico do real, ou, dito de outro modo, a realidade tal como eles a observam e – apenas – a intuem.

Portanto, como sabemos, as formas fenomênicas de manifestação do real não correspondem à “lei do fenômeno” propriamente, sendo, muitas vezes, contraditórias – as primeiras em relação à segunda. Isso significa que a análise de um determinado fenômeno que leve em consideração sua forma essencial de existência, – ou seja, seus nexos constitutivos em suas inter-relações – que busque capturar sua imanência, as “leis” que regem seu movimento, pode nos apontar a contradição entre a manifestação fenomênica de um dado do real e sua imanência essencial. Trata-se, portanto, da relação entre *essência* e *aparência* dos fenômenos. A captação dos fenômenos – sobretudo sociais – a partir de sua mera aparência, de forma prático-intuitiva, possibilita aos seres humanos um *pôr-se* (postar-se) diante do mundo; este, por sua vez, é orientado por um utilitarismo imediato, cuja manifestação interpretativa corresponde ao “senso comum” que daí se desdobra. Os seres humanos, portanto, relacionam-se entre si e com o mundo a partir destas representações pautadas na imediatez cotidiana. Entretanto, esta relação prático-intuitiva, de caráter imediato, não permite a *compreensão* das coisas e da *realidade* que as compõe em sua concretude, ou seja, em sua essência. Pelo contrário, o “mundo” construído a partir da experiência imediata, prático-intuitiva, manifestado através do senso comum, constitui o *mundo da pseudoconcreticidade* (KOSIK, 1995), um mundo de “claro-escuro de verdade-engano”, pois em suas manifestações fenomênicas, ao produzirem regularidades absorvidas pelos indivíduos, estes passam a agir e a entender tais regularidades como



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

“naturais” e “independentes”. No mundo da pseudoconcreticidade, o fenômeno é entendido, ele mesmo, como a essência das coisas. Portanto, a essência, nesta forma de entendimento praticointuitivo do mundo, desaparece, pois reproduz-se uma mera identidade entre essência e aparência.

Nesse sentido, o conjunto categórico-conceitual elaborado a partir do objeto do conhecimento é fundamental no processo de captura da *coisa em-si*. Os conceitos e as categorias indicam a compreensão do objeto; *compreender* implica diferenciar, decifrar, conhecer sua estrutura. Portanto, o conjunto categórico-conceitual é a representação abstrata – no sentido do plano ideativo – da composição estrutural do objeto em-si (real/concreto).

Conceitos e categorias são, portanto, abstrações, que devem *refletir* a coisa em-si, a concreticidade do objeto do conhecimento. No entanto, tais abstrações não podem ser confundidas com a coisa em-si, não são coisas idênticas, possuem “substâncias” diferenciadas e são, portanto, ontologicamente distintos. Diante de tal constatação, desdobra-se a seguinte indagação: se o conhecimento não é o objeto, se ambos possuem *formas de ser* distintas, como pode o ser humano compreender o mundo em sua dimensão real/concreta? A esta pergunta respondemos nos apoiando em Lenin, quando este afirma que “[...] A existência da matéria não depende da sensação (sentidos) [...]” (LENIN, 1983, p. 51)¹, ou seja, o real em sua concreticidade possui uma existência independentemente de termos consciência (ou não) ou de conhecermos o mesmo. O conhecimento deve ter como ponto de partida o real concreto, e deve refletir, o mais próximo possível, esta realidade em suas conexões e determinações concretas. Assim, temos o primado do pensado sobre o pensar, “[...] A matéria é o primário. A sensação, o pensamento, a consciência são o produto superior da matéria organizada de um modo especial [...]” (Idem, p. 51).

Tais formulações são fundamentais para compreendermos que todo fenômeno social, todo fato histórico em-si, é resultado de um determinado contexto que se manifesta através daquele fato histórico, ao mesmo tempo em que é por este determinado (num constante processo de autodeterminação), consubstanciando-se numa totalidade concreta. Se buscarmos a compreensão da processualidade histórica brasileira, em específico, o período que se estende entre os governos

¹ Os parênteses são nossos.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Collor e Rousseff, teremos de levar em conta, necessariamente, a forma pela qual o capitalismo se objetiva no Brasil, o que, por sua vez, remete à *particularidade brasileira*, pois esta é, ao mesmo tempo, “determinante e determinada” da forma, também particular, de como o processo de *redemocratização* se concretiza na forma sociometabólica do país.

IV. MARCO TEÓRICO/CONCEITUAL

A organização do bloco histórico hegemônico durante o período por nós analisado está diretamente relacionada à forma pela qual a autocracia burguesa se estrutura e se reproduz no país em períodos de legalidade constitucional. Esta, por sua vez, manifesta-se a partir de uma forma de organização política que a aproxima daquele fenômeno identificado por Marx e Engels como *bonapartismo*. Condicionado pelas particularidades próprias do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o bonapartismo absorve contornos específicos e reproduz uma forma também específica de *autocracia parlamentar* que aqui denominamos *colonial-bonapartismo*.

O bonapartismo é um regime político que nasce a partir do esgotamento das possibilidades revolucionárias do projeto burguês. Na França, sua “terra natal”, as jornadas revolucionárias de 1848 explicitaram os limites da emancipação política sob o comando da burguesia, que passou a defender o poder que alcançara, lançando mão de uma forma de governo autocrática. Era preciso manter a ordem burguesa conquistada a partir de 1789; ampliar as conquistas burguesas em direção ao proletariado seria o equivalente a “cavar a própria cova”. Portanto, era necessário interromper a revolução, como forma de defender as conquistas – burguesas – até ali alcançadas, e a “melhor” forma encontrada foi o estabelecimento de um regime autocrático, baseado no braço militar do Estado, que passou a concentrar todos os poderes em torno da liderança do Executivo.²

No entanto, se em suas origens o bonapartismo se caracteriza como um “regime político defensivo”, estruturado para frear a ascensão revolucionária do proletariado, em sua variante *colonial-legalizada*, no momento de consolidação da social democracia brasileira, estas questões não estão colocadas, ou seja, não há nenhuma “ameaça revolucionária” de esquerda em processo no

² MARX, K. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Brasil quando PSDB e PT estiveram à frente do poder executivo. O *colonial-bonapartismo*, em sua manifestação nos quadros da legalidade burguesa, foi a forma mais bem acabada de domínio político que a burguesia internamente instalada logrou arquitetar no atual contexto – mundial, diga-se de passagem – de ofensiva do capital sobre as conquistas históricas dos trabalhadores. Os anos de governo Fernando Henrique Cardoso e, principalmente, Luiz Inácio Lula da Silva, foram os mais prósperos para a burguesia que se instala no país, sobretudo sua fração financeira hegemônica e o que nos permite identificar ambos os governos como de corte bonapartista é o conceito de *bonapartismo soft*, desenvolvido por Domenico Losurdo³. Passemos à sua caracterização e à identificação com o caso brasileiro.

Diferentemente do bonapartismo clássico, cuja liderança é mantida no poder a partir de um golpe de estado, em sua “versão suave”, esta forma de domínio político burguês é capaz de se assegurar no tempo sem a necessidade de uma intervenção militar. Mas o fundamento para que isso ocorra é o mesmo em todas as variantes bonapartistas, qual seja, a legitimidade atribuída pelo apoio da maioria. Se na França de Luís Bonaparte o consenso, ou melhor dizendo, a legitimidade veio através da verificação plebiscitária, no Brasil governado pela social democracia tal apoio se manifesta através do “sufrágio universal”. Este passa a ser o princípio que legitima as lideranças que assumem a presidência do país. A identificação com as “massas” é verificada através de eleições regulares. No Brasil, devido às características do sistema politicoeleitoral, que se baseia no colégio uninominal, valoriza-se amplamente o candidato, em detrimento da discussão de seus projetos políticos. Enquanto o voto em lista possivelmente colocaria num segundo plano a figura da liderança, abrindo espaço para o debate partidário, o voto uninominal “personaliza a luta eleitoral”, transformando o partido em mero veículo institucional, ao mesmo tempo em que valoriza e reproduz a relação da liderança com o “povo”, onde o líder passa a investir em sua imagem com o intuito de criar uma identidade com a “massa” dos eleitores. Esta, dado o baixíssimo grau de formação e consciência política, será facilmente influenciada pelo carisma exercido pelas lideranças. Nesse sistema, os representantes eleitos para o Poder Legislativo aparecem ao eleitorado como

³ LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

representantes de interesses locais, abrindo espaço ao presidente, ao “líder propriamente dito”, para que este surja como o verdadeiro representante da nação, como seu “único intérprete” e que somente a ela deve responder (LOSURDO, 2004, p. 64).

Nesse contexto, o discurso hegemônico reproduz as formulações ideologicamente orientadas que apontam para a inexistência de interesses de classes antagônicas, ou, de outra forma, coloca o Presidente da República acima e imune aos interesses particulares e aos conflitos sociais. Pelo contrário, este é o representante dos interesses do “povo brasileiro” da nação como um todo, pois exerce a função de representante único e supremo da nação. Subjaz a esse tipo de discurso, a concepção de que a “massa” carece de um líder, de um grande tutor para orientá-la nos caminhos corretos rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Como já discutido em vários momentos de nosso trabalho, trata-se, antes de mais nada, de garantir a ordem socialmente existente, pautada na propriedade privada dos meios de produção, e protegê-la de qualquer tipo de ameaça derivada da ampliação das lutas dos trabalhadores.

As massas devem participar da política através do sufrágio, mas não podem estar organizadas através dos sindicatos ou partidos que ampliem e aprofundem o debate político, que envolvam grandes temas e projetos de interesse nacional, quicá em polêmicas que pretendam superar o capitalismo. É a redução da discussão política ao mero “jogo institucional”, dos meandros parlamentares, da análise cotidiana das estruturas de governo e de todas as mazelas que a mesma reproduz. Para utilizarmos a conceituação gramsciana, trata-se do predomínio ou da hegemonia da *pequena política* sobre a *grande política*. Reproduz-se dessa forma o princípio liberal da “multidão criança”, onde os subalternos devem ser guiados politicamente devido à sua incapacidade de pensar as “grandes” questões políticas.

A personificação do poder é uma característica central do fenômeno bonapartista, pois a celebração do “líder carismático” – uma espécie de culto ao herói – passa a ser o principal instrumento de controle das massas. E o sufrágio universal é o termômetro necessário para identificar o grau de adesão das massas a um determinado líder. O colonial-bonapartismo em sua forma de manifestação legalizada, apresenta esta característica de forma explícita. Ao identificarmos os governos de Fernando Henrique e Luiz Inácio como de corte bonapartista, nos



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

referimos ao controle que estes líderes exerceram sobre a “massa” da população brasileira. Ao mesmo tempo em que se sustentam através do sufrágio universal reprimem todas as formas de contestação social, combatendo duramente os “núcleos” radicais da sociedade. No Brasil, esta característica pode ser visualizada a partir da vigorosa escalada do Estado, em todos os níveis, contra os movimentos sociais. Escalada esta que se utiliza da violência física, policial-militar, para reprimir de forma explícita, ou da criminalização judicial como meio de desarticular a organização daqueles que elaboram algum tipo de crítica, ou mesmo se manifestam contrariamente em relação à violência com a qual o Estado trata as comunidades pobres no Brasil.

O principal mecanismo para garantir amplo apoio das massas, sobretudo em períodos eleitorais, é o que a “ciência política moderna” denomina *marketing político*. As cifras destinadas às campanhas eleitorais são, cada vez mais, gigantescas; agências de publicidade se especializaram em criar a “imagem perfeita” do candidato, valorizando os “atributos” de caráter moral, de personalidade, ou mesmo físico, de acordo com pesquisas que “medem” as preferências do eleitorado. Assim, a lógica de criação da imagem de uma grande liderança consiste em “repetir mentiras” até que elas se “transformem em verdades”. Essa força extraordinária da publicidade e seu papel fundamental nas democracias contemporâneas revelam o caráter discriminatório e censitário do sufrágio universal. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o sufrágio universal garante a participação de todas as classes sociais no processo de escolha de seus representantes, o fenômeno político colonial-bonapartista, através da manipulação publicitária, garante destaque a uns poucos concorrentes, imprimindo um caráter plebiscitário às eleições, isto porque as “regras do jogo” eleitoral não contemplam a todos os partidos de forma idêntica, e os recursos disponíveis à campanha são gigantescos para os partidos da ordem (provenientes de doações privadas), ao passo que qualquer proposta alternativa tem de se estruturar a partir de seus próprios recursos. Junte-se a isso, o fato de a legislação eleitoral brasileira prever a realização de eleições em dois turnos para os cargos do Poder Executivo, em todos os níveis da Federação, transformando o sufrágio universal em plebiscito, onde uma entre duas candidaturas deverá ser nomeada. O monopólio privado dos meios de comunicação completam o quadro acima exposto, imprimindo uma espécie de “discriminação censitária” em um regime de sufrágio ampliado, ao noticiar o cotidiano daqueles



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

candidatos comprometidos com o *status quo*, ao mesmo tempo em que negligenciam e omitem qualquer informação dos candidatos contrários à ordem.

Outra característica que é própria do colonial-bonapartismo em sua forma de manifestação legalizada é o papel exercido pelo parlamento no interior do bloco histórico de poder. Se na forma clássica de bonapartismo o poder se concentra em torno do Executivo, do líder que governa com poderes irrestritos, graças ao conteúdo militar de seu governo, no Brasil comandado pela social democracia a autocracia burguesa se consubstancia a partir da combinação entre o papel exercido pelo líder máximo, à frente do Poder Executivo, e a *autocracia do parlamento*, que garante a aparência de legalidade constitucional à esta forma de governo.

A *autocracia do parlamento* é própria de governos democráticos⁴. Ao absorver para seu interior as discussões e debates de interesse nacional, o parlamento promove uma “desideologização” do discurso político-partidário, “estatizando” os partidos políticos, ou seja, absorvendo-os para o interior de sua lógica, que se restringe à observância e a obediência das “regras do jogo”. Ao institucionalizar a luta política, o parlamento promove um deslocamento e um distanciamento dos partidos de sua base social, principalmente os partidos que defendem um projeto caracterizado como de esquerda. O parlamento manifesta, portanto, um caráter conservador, pois seus mecanismos institucionais priorizam o “consenso”, eliminando as posturas antagonistas – de classe – ao mesmo tempo em que reafirmam a valorização conciliadora – contratual – do consenso. O objetivo fundamental dessa forma de organização política do parlamento é o estabelecimento de uma democracia constitucional sem a participação direta do proletariado. Combinado com a variante colonial do bonapartismo, isso seria o equivalente ao “expurgo das massas” dos processos decisórios, pois estas atribuíram ao chefe do Executivo o poder de representá-las⁵. Mais uma vez, encontramos aqui o discurso ideologicamente orientado que aponta para o parlamento como o representante da nação, como o fórum de discussão *par excellence* dos problemas do país. A reprodução dessa ideologia constitui o mecanismo essencial de manipulação para a criação de “uma consciência cidadã neutra”, que busca a observância da “pluralidade” dos grupos sociais, livre de

⁴ AGNOLI, J. *La transformación de la democracia*. México: Siglo XXI Editores S. A., 1971.

⁵ “[...] O que conduziria definitivamente – e de modo plenamente consciente – a uma democracia sem *de-mos*.” (Ibid., p. 51).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

interesses particulares, negando dessa forma – e, portanto, fetichizando as relações sociais – as contradições de classe inerentes à divisão social. As instituições estabelecidas – parlamento, partidos, justiça, polícia, etc. – são constitucionalmente investidas de poderes para representar os interesses do “povo”. Há uma forma de “estatização da consciência”, pois a negação da divisão da sociedade em classes reconduz a “consciência” das massas à condição de cidadãos.

Toda forma de dominação burguesa se realiza através de um Estado poderoso, que garanta a reprodução sociometabólica do capital. No Brasil da social democracia, o Parlamento imprime um conteúdo de legalidade ao bonapartismo, tal como esta forma de domínio se manifesta internamente. Assim, a autocracia burguesa, em sua forma institucional-legalizada, arrima-se não só no domínio exercido pelo poder Executivo, mas, também, no domínio exercido pelo Parlamento. Através da esfera parlamentar, as mais diversas frações da burguesia se fazem representar a partir de seus interesses específicos. As lutas intestinas que dão formato ao bloco histórico dependem diretamente das disputas intra-classe burguesa que se desdobram no interior do Poder Legislativo. A formação de “oligarquias políticas” no interior do parlamento garante a hegemonia à determinada fração da burguesia durante as disputas pela configuração de seu projeto politicoeconômico (Ibid., p.71 e 72). Conjugando os interesses dessas oligarquias às decisões do Poder Executivo, a fração hegemônica no interior do bloco histórico consegue aprovar as medidas necessárias à realização de seu projeto.

O exemplo mais nítido, que ilustra de forma exemplar esse mecanismo no Brasil, durante o período por nós analisado, é a conformação de uma base de deputados e senadores aliados ao Poder Executivo no interior do Parlamento. Essa maioria legislativa foi fundamental à aprovação de uma série de mecanismos legais que permitiu a reconfiguração jurídica do Estado brasileiro de acordo com as prerrogativas da fração financeira do capital – desde a aprovação de medidas provisórias, até a reformulação da constituição brasileira durante o processo das *Reformas*. O mecanismo utilizado para compor tal maioria foi a já conhecida distribuição de cargos pelo Executivo entre os partidos da base aliada, reforçando uma prática bem conhecida na estrutura autocrática brasileira. Mas, ao mesmo tempo em que a fração financeira se fez hegemônica no interior do bloco histórico liderado por ambos os partidos, PSDB e PT, as outras frações da burguesia também se fizeram representar através dos poderes Executivo e Legislativo, e o principal instrumento para sua realização foi – e é



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

– a influência do *lobby*. Apesar de legalmente proibido no Brasil, a atividade lobbysta é mais que uma realidade na política brasileira, faz parte do processo decisório do Estado, em todas as suas esferas. As principais entidades representativas da burguesia brasileira possuem escritórios na Capital Federal que atuam diretamente junto a deputados, senadores e membros do alto escalão do Poder Executivo. Utilizam-se de uma linguagem eufemística para designar suas práticas, arvorando-se como “empresas de consultoria” que prestam serviços ao poder público. Tal caracterização tem como finalidade driblar a justiça, que faz vistas grossas quando os interesses envolvidos estão de acordo com a ordem do capital. Na verdade, reproduzem as mais velhas práticas que fazem do Estado o “escritório da burguesia”⁶. É essa mesma atividade lobbysta que garante as “doações faraônicas” aos principais candidatos que disputam a Presidência da República. E essa questão nos remete à uma última característica do *bonapartismo soft*, conceito que nos permite uma aproximação com o que aqui denominamos colonial-bonapartismo. Trata-se do *monopartidarismo competitivo*.

Podemos afirmar que o sistema de representação partidária no Brasil caminhou para uma estruturação, durante as últimas duas décadas, semelhante ao bipartidarismo observado nos Estados Unidos da América. O fato de a Constituição Brasileira prever a liberdade de organização partidária não contradiz o argumento. Isso se deve à incapacidade financeira de os partidos se organizarem de forma representativa. No Brasil, PT e PSDB monopolizam as maiores cifras destinadas pela atividade lobbysta aos processos eleitorais. Ambos os partidos se constituíram como paladinos do capital financeiro, o que explica as generosas doações – não só – dessa fração da burguesia para suas campanhas.

V. CONCLUSÕES

⁶ Um minucioso e detalhado estudo sobre o papel desempenhado pelas associações empresariais junto ao Congresso Nacional, pode ser encontrado em DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. Mesmo que a proposta da obra seja muito mais descritiva do que propriamente analítica, orientando-se a partir de uma metodologia sociológica compreensiva, o texto nos apresenta informações claras de como a burguesia internamente instalada (o conceito é por nossa conta) organiza seus interesses e se faz representar através da atividade do *lobby*.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O período que analisamos e que identificamos como o da *consolidação da social democracia no Brasi*, representa o momento de coroamento da *autocracia burguesa* no país. Esta transitou de sua forma militar-ditatorial para a forma legalizada-institucional, reproduzindo o *colonial-bonapartismo* brasileiro, sem sofrer grandes abalos, nem ameaças significativas por parte de seu inimigo de classe, o proletariado. Pelo contrário, a presente *ofensiva do Capital* em relação ao *Trabalho* alcançou enorme êxito internamente a partir do *transformismo* operado nas principais lideranças da classe trabalhadora. A *autocracia do parlamento*, presente na democracia brasileira, imprime contornos de legalidade aos governos de corte *bonapartista*. Toda essa estrutura política reproduz a lógica do capital na sua atual fase de internacionalização, onde a fração financeira da burguesia ocupa posição hegemônica no bloco histórico de poder. O Brasil *moderniza-se* economicamente, transformando-se em protagonista no cenário internacional, onde o *capital-imperialismo* brasileiro se expande pelo mundo. Contudo, as *marcas indeléveis* da reprodução sociometabólica brasileira não são superadas. A referida autocracia burguesa se consolida e se reproduz sobre novas bases, a subordinação econômica em relação aos pólos centrais do capital não é rompida – apesar de seus novos elementos condicionantes –, reproduzindo a lógica desigual e combinada do desenvolvimento capitalista. Paralelamente, antigos e novos problemas reproduzem um quadro de ampla miséria social no país, manifestação da crise de sociabilidade própria do capitalismo. Assim, observamos que o *Sentido da Colonização* se reproduz sobre novas bases e novos condicionantes históricos, reafirmando o caminho *prussiano-colonial* de objetivação do capitalismo no Brasil, que agora se manifesta como *Sentido da Modernização*, processo este capitaneado pela social democracia brasileira.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

AGNOLI, J. *La transformación de la democracia*. México: Siglo XXI Editores S. A., 1971.

BATISTA, P. N., et al. *Em defesa do interesse nacional*. Desinformação e alienação do patrimônio público. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

BOITO JR., A. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (orgs.). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

DEO, A. *Uma transição à long terme: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil*. (In) PINHEIRO, M. (Org.) *Ditadura: o que resta de transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DINIZ, E.; BOSCHI, R. *Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

GONÇALVES, R. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. (6 vols.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

LENIN, V. I. *Materialismo y empiriocriticismo*. Notas críticas sobre una filosofía reaccionaria. Moscú: Editorial Progreso, 1983.

LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MARX, K. *O 18 brumário e cartas a Kugelman*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MAZZEO, A. C.. *Estado e burguesia no Brasil – Origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio